

Governo tenta superar no Senado impasse da dívida

O Governo enfrenta um impasse com o Congresso depois que os bancos credores da dívida externa passaram a exigir o pagamento de parte dos juros atrasados (8,5 bilhões de dólares). Os banqueiros querem que seja retirada a cláusula do projeto de resolução 255, de autoria do líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), aprovada pela Comissão de Economia do Senado, que proíbe qualquer pagamento aos credores antes da celebração e da aprovação dos contratos, e entendem que a persistência nessa medida é um caminho para a moratória.

Para contornar a situação, o embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster, jantou na noite de terça-feira na residência do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), acompanhado pelos senadores Fernando Henrique e Severo Gomes (PMDB-SP), presidente da Comissão de Economia; o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir; e o assessor parlamentar do Ministério da Economia, Eduardo Garcia. Quem mais falou foi Dauster, pedindo aos senadores que aceitem um acordo para retirar a cláusula que impede o pagamento dos juros atrasados.

Conforme relato de Severo Gomes e Fernando Henrique, o embaixador transmitiu um recado dos banqueiros, que prometem endurecer nas negociações se o Brasil não pagar parte dos juros até o dia 30 de dezembro, data do balanço financeiro dos bancos. Os dois senadores responderam a Dauster que não podem simplesmente anular uma

Externa
resolução aprovada pela Comissão de Economia, que vai ser votada em plenário no dia 21.;

CUSTÓDIA

Fernando Henrique prometeu examinar a questão, mas nada foi decidido de concreto, e os senadores voltarão a se reunir com os representantes do Governo na próxima semana. Hoje, o presidente Fernando Collor reúne-se com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, Dauster e Kandir. Embora proíba o pagamento dos juros aos bancos privados, o projeto do senador permite que seja feito um acordo de custódia. Por esse acordo, o governo pode depositar uma quantia em um banco suíço e negociar com os credores um prazo para o dinheiro ficar retido, a exemplo do que fez o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

“Não queremos decretar moratória. O governo sabe disso. O que queremos e não abrimos mão é só efetivar o pagamento dos juros após a negociação”, disse Fernando Henrique. O senador pondera, entretanto, que o Governo parece estar cedendo demais na conversa com os bancos: “Tememos que tudo aconteça como antes. Paga-se parte dos juros e os banqueiros suspendem a negociação”.

Como o projeto de resolução ainda não foi aprovado em plenário, o Governo pode efetivar parte do pagamento utilizando as reservas internacionais, estimadas em 8,6 bilhões de dólares. Os senadores dizem, entretanto, que tal atitude custará um alto preço político para o Governo no Congresso.